



2.17 • Nacionalismos e separatismos

Ressurgência da autodeterminação nacional no Corno de África: dilemas e perigos do Sudão do Sul

Alexandra Magnólia Dias

NO PÓS-GUERRA FRIA ASSISTIMOS à criação de dois novos Estados na África subsariana: a Eritreia a 23 de maio de 1993 e o Sudão do Sul a 9 de julho de 2011. Um terceiro caso anterior é incontornável: o da declaração unilateral de independência, em 1991, pela região correspondente ao antigo protetorado britânico – a Somalilândia – face ao Estado desintegrado da Somália. Apesar do seu não-reconhecimento internacional, o art.º 1 da Constituição de 2001 consagra a independência sem que tenha ocorrido negociação prévia entre Hargeisa e Mogadíscio. Nos três casos assistimos ao retorno de conflito, ainda que com intensidades maiores nos dois primeiros:

A Eritreia esteve em guerra de 1998 a 2000 com a Etiópia, o Estado antecessor; no Sudão do Sul o conflito é interno, contrariamente à maior probabilidade de retorno ao conflito com o Sudão e, finalmente, a disputa fronteiriça nas regiões de Saanag e Saol entre a Somalilândia e o Estado Federado da Puntlândia/Somália.

Em 2006, James Mayall sublinhava o apelo e simultânea contestação dos conceitos de segurança e autodeterminação. A sua ressonância prende-se à associação destes conceitos com raízes mais profundas na psique humana, a saber, o medo e o desejo: o medo do perigo e o desejo de liberdade. A criação e o reconhecimento do Estado do Sudão do Sul foi o resultado de uma guerra civil e a solução encontrada na transição para a Paz. O desejo de liberdade por parte de Juba (capital do recém Estado) em relação a Cartum (capital do Sudão) estava indissociavelmente ligado a uma expectativa que a liderança do novo Estado iria garantir a não recorrência de conflito e a realização do bem comum num projeto político de construção do Estado do Sudão do Sul. A guerra tem sido uma tragédia recorrente na vida dos sudaneses do Norte e do Sudão do Sul, cuja presença só não se fez sentir na década de 1972 a 1983 e entre a assinatura do Acordo de Paz Global (APG) em 2005 e finais de 2013. A primeira guerra que durou da independência até 1972 provocou 500.000 baixas. A segunda, de 1983 a 2005, aliada à fome, conduziu a dois milhões de baixas e a quatro milhões de deslocados. A ocorrência e escalada da crise na liderança do partido no poder no recém Estado desde dezembro de 2013, constitui uma traição ao futuro imaginado e uma denúncia da necessidade de renovação da liderança.

Recorrência de conflito na sequência da criação de novos Estados

A criação e reconhecimento internacional do mais recém Estado na sociedade internacional é paradoxal na medida em que visava pôr fim à guerra civil que opunha grupos do Norte e do

Sul. O objetivo desta seção é compreender se há algo na região que aumente a probabilidade da recorrência de conflitos. Em alternativa, será o próprio processo de formação e consolidação de Estados que coloca em causa a ordem internacional? Finalmente, em que medida a criação de novos Estados, com base em fronteiras coloniais ou como resultado de um conflito, constitui um risco para a transformação de sociedades com legado de conflito, em sociedades em que a consolidação da paz seja mais do que uma miragem? No caso da Somalilândia, a dita comunidade internacional, como no caso do Kosovo, tem-se revelado resistente ao reconhecimento formal da declaração unilateral de independência. Em contraste, na Eritreia e no Sudão do Sul, uma série de procedimentos comuns antecederam o reconhecimento internacional da independência: 1) a realização de um referendo; 2) o reconhecimento pelo Estado antecessor; 3) o reconhecimento pelos restantes atores da comunidade internacional, nomeadamente a sua admissão nas organizações internacionais desde a Organização das Nações Unidas (ONU), à União Africana (UA) à Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), ao pedido de adesão, ainda em apreciação, no caso do Sudão do Sul à Comunidade da África Oriental (CAO), para citar apenas algumas.

“
O retorno da guerra no Sudão do Sul afeta os Estados vizinhos, ampliando a instabilidade em regiões na periferia e com ramificações para a segurança regional.
 ”

Não obstante a comunalidade dos procedimentos que precederam o reconhecimento dos dois Estados, as suas trajetórias são diferentes em termos das relações a partir da independência com o Estado antecessor e os vizinhos. Em termos do legado de insurreição e dos constrangimentos associados à transformação de antigos combatentes em construtores do Estado, podem identificar-se desafios semelhantes que originaram respostas distintas.

A Eritreia envolveu-se em disputas fronteiriças com praticamente todos os vizinhos, e com o Estado antecessor envolveu-se numa guerra clássica que duraria de 1998 a 2000 (com 100.000 baixas estimadas). No plano interno assistiu-se ao aumento das tendências autoritárias do partido no poder, a Frente Revolucionária e Democrática do Povo Eritreu/ Frente do Povo para a Democracia e Justiça EPRDF/PFDJ, nomeadamente do chefe

de Estado Isaias Afewerki. O presidente não hesitou em manter aprisionados *incomunicado*, até ao presente, os autores de uma carta pública de 2001 que criticava as orientações de política externa do Estado e, em particular, a conduta da guerra de 1998-2000 com a Etiópia. Os signatários desta carta, o grupo que ficaria conhecido pelo G15, foram encarcerados numa estratégia que mostra que os opositores e críticos ao partido no poder e em especial ao presidente da Eritreia são tratados como inimigos do Estado.

Traição ao futuro imaginado no Sudão do Sul

Desde dezembro de 2013, contrariamente a todas as expectativas, assistiu-se a uma recorrência de conflito, não entre Juba e Cartum, mas entre facções do Exército de Libertação do Povo Sudanes/Movimento (SPLA/M). A crise de abril de 2012 entre o presidente Salva Kiir do Sudão do Sul e o presidente Omar al-Bashir do Sudão trouxe à superfície a volatilidade governativa do partido no poder no Sudão do Sul. Ocorreu em torno do encerramento da provisão de petróleo, por parte de Juba, mediante alegações de que Cartum estaria a desviar petróleo (para venda ilícita no mercado internacional informal), criando quase uma guerra. A crise de 2013 opôs facções do SPLA/M: uma liderada pelo presidente Salva Kiir e outra pelo vice-presidente Riek Machar. O que conduziu à crise e à sua escalada? A resposta a esta pergunta seria à partida simples: o SPLA/M não teve ainda vontade e capacidade para apresentar, quanto mais implementar, um projeto político para a construção do Estado e da nação no Sudão do Sul. No entanto, esta mesma resposta oferece alguns elementos para apreendermos a complexidade da ocorrência de um conflito entre facções do partido no poder: assistimos à tragédia da desintegração do mais recém-criado Estado na África subsariana, quem paga o preço são os civis, a recente guerra civil provocou quase dois milhões de deslocados, pelo conflito e pela insegurança alimentar.

Quem retira dividendos do conflito? A resposta remete para a complexidade das suas causas, da sua evolução e resistência(s) às diversas tentativas de resolução. A última, de criação de um Governo de Unidade Nacional, falhou o prazo de 5 de março de 2015 estabelecido pela IGAD.

As explicações têm sido dadas com base num número limitado de causas. Para uns, a escalada da crise política ficou a dever-se à rivalidade pela liderança do SPLA/M face às eleições que estariam inicialmente agendadas para 2015, mas que atualmente foram retardadas até 2017. Num sistema de partido único, quem garante a liderança do SPLA/M garante o controlo do Estado e, em coro-

lário, o acesso a recursos críticos, nomeadamente às receitas do petróleo. A crise de liderança aponta para uma personalização do poder associada ao imperativo de manutenção de patronagem e redes clientelares. Outros apontam para a clivagem étnica como a principal causa que se traduz na oposição do grupo étnico dinka (o mesmo do presidente) ao grupo étnico dos nuers (o do vice-presidente). Parte da explicação reside na manipulação de diferenças étnicas para mobilização de apoio. Na sequência da crise, a perseguição de cidadãos nuers por parte das forças de segurança ligadas ao partido no poder e o seu recrutamento forçado para o movimento de insurreição liderado por Riek Machar, criaram marcas e a restauração de confiança e reconciliação será um dos desafios para a sociedade pós-conflito. A clivagem étnica dinka-nuer falha em explicar a emergência do conflito na medida em que, de entre o conjunto de onze membros do Governo demitidos pelo presidente em julho de 2013, cinco identificavam-se com a etnia do próprio, dois shilluks, dois nuers, um latuko e um zande. Alguns apelidam o regime de cleptocracia, em que a corrupção e a apropriação indevida do erário público atingiu proporções tais que o presidente numa carta pública denunciou o furto de quatro mil milhões de dólares, de um total de sete mil milhões, por parte de elementos do partido no poder.

Outros defendem que o próprio presidente Salva Kiir não tinha credenciais para assumir um posto mais elevado do que de chefe de aldeia e a sua incompetência em muito contribuiu para a escalada da crise. Numa carta pública de demissão, o antigo ministro da Educação, Peter Adwok Nyaba (que não é nuer ou dinka, mas sim shiluk, e referenciado como um dos elementos reformistas), coloca o dedo na ferida: trata-se de uma luta entre elementos corruptos e aqueles que se pautam por princípios de honestidade, de algum conceito ou noção do bem comum e de fazerem avançar a reforma de um Estado nascente e disfuncional, entre os quais há uma clivagem cada vez mais pronunciada. A luta pela não marginalização do Sul e pela autodeterminação nacional constituíram causas justas das guerras anteriores, que duraram dezassete e dezanove anos respetivamente. Acresce que o recrutamento pelos beligerantes tem sido forçado, contribuindo para a emergência de estimativas que apontam para 9000 crianças-soldado desde o início das hostilidades em 2013. Mais uma geração que ficará marcada pela tragédia quotidiana da guerra. O monopólio dos meios de coerção legítima por parte do recém-Estado fica ainda mais comprometido pela proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre, associada à recorrência de conflito e sua intensidade.

Implicações do conflito para os Estados vizinhos

O retorno da guerra no Sudão do Sul afeta os Estados limítrofes, ampliando a instabilidade em regiões na periferia e com ramificações para a segurança regional.

O analista etíope Berouk Mésfin argumenta que as novas vagas de refugiados (cerca de 504 mil,



A fronteira do Sudão e do Sudão do Sul.

Fonte: Guardian, <http://www.theguardian.com/world/2014/oct/02/sp-africa-arms-dump-south-sudan> [Consultado a 27 de janeiro de 2015].

desde dezembro de 2013), em grande parte nuers, podem contribuir para ampliar as tensões entre os nuers e annuaks da região etíope de Gambela. Por outro lado, o maior rival da Etiópia na região – a Eritreia – pode aproveitar a instabilidade na fronteira entre a Etiópia e o Sudão do Sul para apoiar e armar grupos etíopes de oposição.

Em termos do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) originado nos Estados vizinhos, aqueles que mais têm a perder são o Quênia, que concentrou o IDE no sistema bancário e de transportes, o Uganda, nas telecomunicações e comércio a retalho, a Etiópia, no setor hoteleiro e a Eritreia, também no setor hoteleiro e do retalho.

Um estudioso da região, Roland Marchal, em 2011 defendia que, com a criação do Sudão do Sul, aliada a outros problemas regionais, a reconfiguração de alianças no Corno de África ficava submetida a alta tensão nos próximos anos. Esta gerou uma nova polarização com o Cairo e Trípoli, alinhados com Cartum e Nairobi e Kampala com Juba.

Os problemas não ficam por aqui e outras questões há a considerar: a) em torno da partilha do Nilo, que tem o potencial de criar polarização entre Addis Abeba e Nairobi; b) na disputa pela hegemonia regional, Marchal defende que será entre Addis e Kampala, sendo que Nairobi se centrará apenas na projeção de *soft power* e que se jogará no reequilíbrio entre as Ois da região; e c) nos recursos petrolíferos nas fronteiras – Blocos B & E do Sudão do Sul/ Exploração de petróleo do Uganda/ Campos petrolíferos *off-shore* na proximidade da fronteira entre o Norte do Quênia e a Somália e o modo de garantir o seu escoamento para o mercado internacional via o projetado oleoduto para o porto de Lamu. Para além dos dilemas que os problemas regionais colocam às capitais enunciadas, Juba terá necessariamente de fazer a transição para além do modo de governação quotidiana com base no recurso à violência. Em conclusão, estamos perante dilemas para os construtores do Estado e para a ordem internacional.

A relação entre segurança e autodeterminação no pós-guerra fria no Corno de África aponta para os perigos de criação de novos Estados, quer com base nas fronteiras herdadas do colonialismo (Eritreia e o contestado caso da Somalilândia), quer com base em fronteiras administrativas internas e na sequência de guerra civil prolongada (Sudão do Sul). Estes princípios por si só não garantem que os antigos combatentes transformados em contrutores dos novos Estados mantenham as necessárias credenciais de legitimidade para realizar o projeto de construção do novo Estado e em nome do qual os povos desses Estados se dispuseram a sacrificar as suas vidas.

No Sudão do Sul, face ao retorno do conflito provocado pela escalada da crise entre os líderes de facções no partido no poder, não é a independência que é posta em causa, mas o falhanço dos construtores do Estado em realizar as potencialidades e prestar contas perante os cidadãos do novo Estado. O verdadeiro desafio para os protagonistas e mediadores reside no reconhecimento e aceitação da urgente necessidade de transformação da liderança. No caso do não reconhecido Estado autoproclamado da Somalilândia, as lideranças dos principais partidos políticos deram provas da sua transformação e capacidade para passarem o teste de alternância partidária no poder de forma pacífica. Uma lição ou exemplo a reter para os Estados vizinhos. Este caso parece apontar para o cerne da questão: a necessidade da rutura com uma lógica de violência na governação quotidiana do país.

Finalmente, a relação entre a guerra e o processo de formação do Estado obedece à lei do retorno limitado, se, nos períodos que antecederam a independência, a guerra teve um papel central no reforço do nacionalismo e na formação do Estado, os casos da Eritreia e do Sudão do Sul tendem a confirmar que o retorno da guerra contribui para o enfraquecimento e potencia a desintegração dos recém-Estados. ■